



COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

ATA NÚMERO 48/XII/ 1.ª SL

Ao terceiro dia do mês de abril de 2012, pelas quinze horas, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na presença dos senhores deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

15:00 Horas:

[Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.](#)

17:40 Horas:

[Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares para prestar esclarecimentos sobre o processo de implementação da TDT, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.](#)

Dando início à primeira audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação agradeceu a presença do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, e do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Feliciano Barreiras Duarte.

Na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados: Manuel Seabra (PS), Bruno Dias (PCP), Catarina Martins (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Francisca Almeida (PSD).

O Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) colocou questões sobre:

- O fim do programa “Este tempo”, tendo questionado se seria uma purga o facto de a alegada reformulação da grelha da RTP se ter resumido à cessação daquele programa depois da crónica do jornalista Pedro Rosa Mendes;
- Os processos de audiometria e os eventuais prejuízos sofridos pela RTP decorrentes da alteração das alterações que sofreram, e das empresas responsáveis pelos mesmos;
- As competências atribuídas ao diretor geral de conteúdos da RTP e a sua articulação com os diretores de informação e de programação.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou esclarecimentos sobre:

- A alienação de um dos canais da RTP, tendo salientado que a maioria dos países europeus aproveitara os novos recursos e a TDT para aumentar o número de canais de serviço público de televisão;
- A avaliação da denominada “integração horizontal e desintegração vertical” da RTP, em particular da alienação da estrutura de produção da RTP;
- A análise da extinção e fusão das editorias de cultura e da lusofonia da LUSA e o encerramento dos centros regionais desta agência de notícias;
- As diligências tomadas relativamente às agressões contra jornalistas, ocorridas no dia da greve geral, em 22 de março de 2012.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) questionou o Senhor Ministro sobre os seguintes temas:

- As competências do diretor geral de conteúdos da RTP, S.A., Luis Marinho, tendo salientado que, no parecer da ERC relativo à sua nomeação, se fazia referência à *“indefinição associada ao novo cargo criado, tendo em conta as competências que são próprias dos atuais diretores de informação e de programas da RTP”* e à *“falta de informação quanto à forma como se articulam os diversos cargos com responsabilidades em áreas comuns”*;
- A reestruturação da RTP, S.A., nomeadamente, se esta implicaria despedimentos, e se já tinha sido dada informação sobre a mesma à Comissão de Trabalhadores daquela empresa;
- A justificação para a alienação de um dos canais da RTP;
- A escassez de informação do Portal do Governo, que considerou representar um problema de falta de transparência.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) colocou questões sobre:

- Os recentes problemas relacionados com as empresas de audiometria;
- A possibilidade de aproveitamento da TDT para a transmissão do Canal Parlamento em sinal aberto.

Referiu ainda que, relativamente ao fim do programa com as crónicas Pedro Rosa Mendes, as audições realizadas na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação haviam sido inconclusivas.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) perguntou ao Senhor Ministro:

- Se já eram conhecidos números relativos à execução orçamental da RTP;
- Qual era o impacto dos problemas resultantes da nova audiometria, designadamente a divulgação de números errados, na alienação de um dos canais da RTP;
- Se o processo de alienação de um dos canais da RTP estaria concluído até ao final de 2012, e quando seria lançado o concurso público para o efeito e conhecido o respetivo caderno de encargos;

Disse ainda que considerava que o parecer da ERC relativo à nomeação de Luís Marinho para diretor geral de conteúdos era bastante claro, e dele resultava a não oposição daquela entidade reguladora à criação do referido cargo.

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo referido que:

- Não havia “purgas” na RTP;
- A questão das audiometrias era uma questão de auto-regulação;
- O Conselho de Administração da RTP, S.A., no âmbito das suas competências, criara o cargo de diretor geral de conteúdos, com funções próprias, e que tal decisão havia merecido posição favorável da entidade reguladora;
- A alienação de um canal da RTP constava do Programa do Governo e, como tal, a concretização daquela medida representava o cumprimento daquele programa;

- A Lusa e a RTP encontravam-se em processo de reestruturação, tendo em vista prestar um serviço público de qualidade com menos custos;
- O Ministério da Administração Interna conduzia um processo de inquérito, com o fim de apurar o que se havia passado no dia 22 de março;
- O Conselho de Administração da RTP S.A., tinha autonomia e competências para alterar a sua própria orgânica;
- A reestruturação da RTP, S.A., encontrava-se assente num plano de sustentabilidade que estava a ser aplicado;
- O Portal do Governo tinha bastante informação;
- A ERC estava a fazer o acompanhamento dos problemas que haviam surgido com as empresas de audiometria;
- O Governo estava empenhado para, dentro das suas competências, tomar as diligências necessárias para que o Canal Parlamento passasse a ser transmitido em sinal aberto;
- A RTP lançaria no dia 10 de junho de 2012 uma nova imagem da RTP Internacional, que pretendia que fosse um canal de afirmação;
- Os três operadores de televisão haviam saído prejudicados nos recentes problemas relativos à audiometria;
- A RTP, seguindo o seu plano de sustentabilidade, cumpriria na íntegra o seu orçamento para 2012;
- O processo de alienação de um dos canais da RTP era da competência do Ministério das Finanças, estava a seguir os seus trâmites legais e processuais e estaria concluído no final de 2012.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Bruno Dias (PCP), Catarina Martins (BE), Adolfo Mesquita Nunes (CDS/PP) e Paulo Rios de Oliveira (PSD).

Foram reiteradas muitas das questões anteriormente colocadas, designadamente sobre a alienação de um dos canais da RTP, o plano de sustentabilidade da RTP, S.A., e o Portal do Governo. Foram ainda solicitados esclarecimentos sobre o eventual encerramento da RTP-Açores e da RTP-Madeira, na sequência da proposta do Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social, assim como sobre o eventual incumprimento das regras de contratação coletiva dos trabalhadores da RTP e da Lusa, sobre o número de trabalhadores ou colaboradores

da RTP que auferiam remunerações mensais superiores à do Senhor Presidente da República e a possibilidade de, em sede de implementação do plano de sustentabilidade, se reverem os valores daquelas remunerações, e sobre a difusão da lusofonia e o papel da informação no conceito de serviço público de televisão.

O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas. Da referida resposta, salienta-se ter referido que:

- O processo de privatização de um dos canais da RTP implicaria rever a lei da televisão, os estatutos da RTP e os contratos de concessão do serviço público de televisão;
- Era fundamental aproveitar as sinergias entre a RTP e a Lusa;
- No processo de reorganização da RTP, S.A., pretendia-se tornar esta empresa rentável e com menos custos, mas havia a preocupação de assegurar junto dos seus trabalhadores um sentimento de garantia do posto de trabalho;
- Os contratos de muitos trabalhadores e colaboradores da RTP já haviam sido revistos, visando a redução de 15% no valor das suas remunerações mensais;
- Estava a ser feita uma grande aposta na RTP-África e na RTP-Internacional para promover a lusofonia.

Na terceira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês de Medeiros (PS), Bruno Dias (PCP), Catarina Martins (BE), Raúl de Almeida (CDS/PP), Lídia Bulcão (PSD), Rosa Arezes (PSD) e Paulo Rios de Oliveira (PSD).

Nesta ronda foram solicitados esclarecimentos sobre a visão do Senhor Ministro relativamente à missão do serviço público de televisão, bem como sobre o modo de pagamento da dívida da RTP, S.A., o eventual regime de exceção concedido à RTP relativamente à aplicação do estatuto dos gestores públicos, o ponto de situação sobre a suspensão das emissões da RDP em onda curta, as medidas relativas à rede de informação e tecnologia aprovadas em Resolução do Conselho de Ministros e a possibilidade de tais medidas se traduzirem no armazenamento de informação crítica do Estado em servidores privados, o modo como seria feito o processo de alienação de um dos canais da RTP, a reestruturação da Lusa e a imprensa local e regional.



O Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares respondeu, no final e em bloco, às questões colocadas.

A audição foi dada por concluída pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, tendo sido iniciada, em seguida, a audição sobre o processo da TDT.

Usou da palavra a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) para apresentar o requerimento que havia dado origem à presente audição, tendo solicitado esclarecimentos sobre o seguinte:

- Qual a razão de, em Portugal, não se alargar a oferta do serviço público de televisão na sequência da implementação da TDT, se todos os países europeus o haviam feito;
- Os problemas de qualidade de transmissão decorrentes do processo de implementação a TDT, que se verificavam em muitas freguesias do país;
- Se a população portuguesa estava a ser devidamente informada sobre a transição para a TDT;
- Como seriam ressarcidos os cidadãos que haviam pago a mais para ter acesso à TDT;
- O empenhamento do Governo na concretização da transmissão do Canal Parlamento em sinal aberto da TDT.

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados Jacinto Serrão (PS), Francisca Almeida (PSD), Bruno Dias (PCP), Catarina Martins (BE), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Ana Sofia Bettencourt (PSD).

O Senhor Ministro respondeu individualmente a cada um dos senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

As audições foram gravadas e transmitidas pelo Canal Parlamento. O seu registo vídeo está disponível para consulta, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezassete horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.



Palácio de São Bento, 14 de março de 2012

O PRESIDENTE,

(José Mendes Bota)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Catarina Martins
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Manuel Seabra
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo
Isabel Oneto
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Rodrigues
Luís Pita Ameixa
Mendes Bota

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 05/06/2012.